

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Segundo o *Relatório Anual sobre o Acesso a Cuidados de Saúde nos Estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e Entidades Convencionadas – 2016*, divulgado pelo Governo no passado mês de Agosto, o número de utentes sem médico de família atribuído desceu de 1.819.248, em 2011, para 1.044.945, em 2015, o que representa uma diminuição de 42,6%.

A referida redução não surpreende em face do enorme esforço realizado pelo anterior Governo para a contratação de médicos de família, como o demonstra a abertura de oito concursos nacionais, num total de 1.082 vagas abertas, tendo sido nesse período contratados todos os médicos de Medicina Geral e familiar disponíveis no País.

Sucedde que, de acordo com o *Portal do SNS*, em agosto de 2017 existiam em Portugal continental 923 mil utentes inscritos sem médico de família atribuído, o que significa que, desde 2015, se verificou uma redução de, apenas, 121 mil utentes.

Acresce que este ano se verificou um incompreensível atraso na abertura de concursos para médicos de Medicina Geral e Familiar, o que impediu, por largos meses, a possibilidade de contratação dos 291 médicos que terminaram em Abril passado a especialização em Medicina Geral e Familiar, assim comprometendo a atribuição de médico de família a centenas de milhares de portugueses.

Com efeito, apenas no passado dia 7 de setembro foi publicado em *Diário da República* o Aviso n.º 10362/2017, a determinar a abertura de concurso nacional para o preenchimento de 290 postos de trabalho para a categoria de assistente em medicina geral e familiar.

Na região de Saúde de Lisboa e vale do Tejo, o Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Oeste Sul, que tem a responsabilidade de gerir os cuidados primários públicos nos concelhos de Torres Vedras, Mafra, Lourinhã, Cadaval e Sobral de Monte Agraço e presta cuidados de saúde primários a uma população de cerca de 206 mil utentes, é um dos mais expressivos exemplos dessa falta de médicos de família.

Na verdade, é a própria informação institucional da Administração Regional de Saúde de Lisboa e vale do Tejo a reconhecer a “*existência de um número significativo de habitantes inscritos sem médico e enfermeiro de família (33%)*”.

Trata-se de uma situação muito penalizadora da acessibilidade dos utentes do Serviço Nacional de Saúde aos cuidados de saúde públicos, para mais agravada pelo já referido incompreensível atraso do Governo na abertura de concursos, bem como pelo facto de o já referido Aviso n.º 10362/2017 apenas prever a possibilidade de contratação de 16 (dezassei) médicos de Medicina Geral e Familiar para aquele ACES.

Com efeito, a efetivarem-se as contratações previstas, apenas se verificará a atribuição de médico de família a pouco mais de 30 mil utentes da saúde naquela região, um número manifestamente insuficiente face às necessidades de captação de novos recursos humanos, designadamente em termos de pessoal médico, que ali se fazem sentir.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo assinados requerem, através de V.ª Ex.ª, que o Senhor Ministro da Saúde, responda às seguintes questões:

1. Quando prevê o Governo contratar os 291 médicos que terminaram em Abril de 2017 a especialização em Medicina Geral e Familiar e que se candidataram ao procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 10362/2017, em especial no Agrupamento de Centros de Saúde Oeste Sul?
2. Por que razão não previu o Governo a abertura de vagas suficientes para a categoria de assistente, área de medicina geral e familiar, designadamente no Agrupamento de Centros de Saúde Oeste Sul?
3. Como e quando tenciona o Governo atribuir médico de família aos utentes da saúde dos concelhos de Torres Vedras, Mafra, Lourinhã, Cadaval e Sobral de Monte Agraço, que continuarão sem acesso a esses clínicos, mesmo após o preenchimento dos postos de trabalho abertos pelo Aviso n.º 10362/2017?

Palácio de São Bento, 13 de outubro de 2017

Deputado(a)s

DUARTE PACHECO(PSD)

MIGUEL SANTOS(PSD)

ÂNGELA GUERRA(PSD)

LUÍS VALES(PSD)